

Profetismos e práticas de cura: saber tradicional dos remanescentes de quilombo de Oriximiná-PA

Eliane Cantarino O'Dwyer*

Resumo

As comunidades negras rurais remanescentes de quilombo de Oriximiná-PA invocam seus direitos constitucionais pela procedência comum, o uso da terra, dos recursos ambientais e pelo domínio que exercem sobre o território, simbolizado mediante os relatos sobre seus famosos e reconhecidos curadores ou “sacacas”. Os profetismos e práticas de cura tornam os membros destas comunidades como depositários locais de um saber tradicional e de conhecimentos terapêuticos, os quais atualmente têm sido associados à bioprospecção de espécies farmacologicamente ativas para conversão de medicamentos tradicionais em remédios industrialmente desenvolvidos.

Palavras-chave: Profetismos; Práticas de Cura; Remanescentes de Quilombo.

Abstract

The remnants of rural black communities of maroons Oriximiná-PA invoke their constitutional rights by common origin, the land use, environmental resources and the area that carry on the country, symbolized by the reports on its famous and recognized curators or "sacaca". The prophets and priests become members of these communities as custodians of a local traditional knowledge and therapeutic practice, which have now been linked to bioprospecting of species pharmacologically active for conversion of traditional medicinal remedies in industrially developed.

Key-words: Prophets; Therapeutic Practice; Remnants of Maroons.

Introdução

Este trabalho encontra-se fundamentado nas informações reunidas mediante trabalho de campo desenvolvido nas comunidades remanescentes de quilombos de Oriximiná-Pará, para elaboração de laudo antropológico relativo ao acompanhamento do processo de anuência prévia encaminhado ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (MMA) sobre o projeto de pesquisa de doutorado: Bioprospecção de espécies farmacologicamente ativas utilizadas medicinalmente por comunidades quilombolas de Oriximiná (PA), Brasil, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em Produtos Naturais da UFRJ.

No trabalho de campo, para elaboração do laudo antropológico em janeiro de 2007, utilizamos formas de deslocamento característica dos moradores dessas comunidades, subindo o rio a bordo do barco São Benedito, pertencente à comunidade de Jauari, até a região encachoeirada a montante, visitando todas as comunidades situadas na parte mansa, isto é,

* Antropóloga, Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Coordenadora do Grupo de Estudos Amazônicos - UFF / CNPq.

navegável desse curso d'água. Por meio de entrevistas realizadas com diretores da ARQMO e os membros das referidas comunidades no trajeto rio acima, assim como da observação *in locu*, foi possível construir uma opinião baseada no ponto de vista do referido grupo sobre o grau de aceitação e compreensão quanto aos objetivos do projeto para bioprospecção de espécies farmacologicamente ativas utilizadas medicinalmente pelos seus integrantes.

As populações negras ribeirinhas do rio Trombetas e seu afluente Erepecuru, de dimensão considerada próxima a do rio principal, que possui ainda como tributário o Cuminá, vivem no território dos cursos médio e alto dos rios, antes da região encachoeirada, onde seus antepassados formaram vários quilombos. Os quilombos do Trombetas, como aparecem genericamente mencionados nas fontes documentais, foram alvo de expedições de captura, que lograram sua parcial destruição e o deslocamento dos seus habitantes para as cachoeiras na direção cada vez mais a montante (COUDREAU, 1901).

Atualmente, a distribuição espacial desses grupos parece acompanhar a dos quilombos do passado, em que os “escravos fugidos” orientaram-se na direção ou do alto Trombetas, ou do alto Erepecuru. O encontro das águas do Trombetas em seu curso médio, com a desembocadura do Erepecuru, lembra a formação do vértice de um arranjo triangular, em que se afastam cada vez mais na parte superior dessa base, na direção das nascentes, só sendo possível traçar-lhes uma reta imaginária a montante, já que na prática não há comprovação sobre fatos especulados pela literatura de ter havido comunicação territorial entre os quilombos formados no curso do Trombetas e no afluente Erepecuru-Cuminá. O encontro entre as populações negras de ambos os rios costuma se dar na cidade de Oriximiná. O deslocamento de famílias vivendo nas margens desses cursos d'água, em uma ou outra direção, parecem acompanhar os festejos e demais ocasiões que reúnem as chamadas *comunidades negras*, organizados por suas instâncias de representação. Apesar de termos conhecimento de casamentos entre as famílias residentes em um e noutro curso desses rios, isso não chega a se constituir em uma prática sistemática como no caso das chamadas organizações dualistas dos povos tribais.

A região acima das cachoeiras, onde seus antepassados formaram os quilombos, é utilizada para extração de castanha, no inverno, e pescarias, no verão. A extração de ouro, nos garimpos, que chegou a envolver membros de algumas comunidades, como a da Pancada, no Erepecuru, tem sido evitada por ocorrências de conflito com a entrada de “garimpeiros” de fora em suas localidades, onde vivem com suas mulheres e filhos. A montante dessas áreas de castanhais, acima da cachoeira Porteira, no rio Trombetas e cachoeira Chuvisco, no rio Erepecuru, encontram-se localizados grupos indígenas, como os Wai-Wai no rio Mapuera,

afluente que deságua no Trombetas, os Tiriyhó, acima da cachoeira do Mel, no Erepecuru, e os Zoé, na divisa deste afluente com o rio Paru do Oeste. Não há relatos atuais de contato das populações negras ribeirinhas com os grupos indígenas, que foram concentrados em aldeamentos e recebem os nomes das etnias predominantes, sendo que na aldeia Wai-Wai há uma missão religiosa americana, e nos Tiriyhós, encontram-se os padres franciscanos. Sobre os Zoé, a situação de contato desse grupo indígena é bem recente. Em visita que fizemos a Oriximiná, em setembro de 1999, fomos informados que a direção da ARQMO recebeu uma solicitação dos Zoé, para que na demarcação das terras das comunidades remanescentes de quilombos do Erepecuru, estendessem os limites até a área que faz divisa com o território dos Zoé para evitar um corredor de passagem entre eles.

Esse tipo de receio quanto à cobiça sobre seu território, é manifestada constantemente pelos membros dessas comunidades negras ao longo do rio Trombetas e Erepecuru-Cuminá. As áreas que ocupam são cercadas de grandes projetos com investimentos maciços de capitais, como a Mineração Rio de Norte, que faz extração de bauxita em terras antes por eles ocupadas. Há, ainda, um projeto de construção de barragens, em Cachoeira Porteira, no Trombetas, e na cachoeira Chuvisco, ou do Inferno, no rio Erepecuru. Em Cachoeira Porteira encontram-se instalações da empresa Eletronorte, desativadas temporariamente pela falta de financiamento para construção da barragem. No Trombetas, o lago do Erepecu, próximo da boca do afluente Erepecuru, que através de um pequeno tributário, o Acapú, permite a comunicação entre os dois rios, lugar de muitos castanhais, foi transformado em Reserva Biológica, sob controle e fiscalização do IBAMA, no mesmo período de implantação da Mineração Rio do Norte, no final da década de 1970 e início dos anos 1980. A mobilização dos remanescentes de quilombo do Trombetas e Erepecuru-Cuminá pelo reconhecimento do território que ocupam mediante legislação pertinente, e sua organização política, dá-se assim em um contexto de intensos contatos e envolvimento com agentes e agências governamentais e não-governamentais, locais, nacionais e multinacionais.

As populações negras do Trombetas e Erepecuru-Cuminá são principalmente extrativistas, vivem do fábriço da castanha, da caça e pescarias, voltadas para o consumo familiar, assim como de pequenos roçados de subsistência que mantêm vastas extensões de floresta praticamente virgem. Inexistem linhas de barco regulares entre suas moradias nos altos dos rios e a cidade de Oriximiná, apenas uma embarcação de grande porte faz uma viagem semanal até Cachoeira Porteira, a última localidade da parte navegável do Trombetas. O transporte de carga e passageiros é feito através de barcos pertencentes aos moradores das

comunidades negras ribeirinhas. Isso tem permitido um controle exercido sobre os visitantes e um fechamento estratégico das suas áreas nos altos dos rios.

As unidades territoriais menores, que chamamos de grupo local, são conhecidas pelos seus moradores como *comunidades*, e recebem nomes próprios que as distinguem entre si. Existem no Erepecuru várias delas, como a do Jarauacá, no lago do mesmo nome, a Serrinha, a de Boa Vista do Cuminã, e acima deste tributário até as cabeceiras, podemos enumerar as *comunidades* de Varre Vento, Jauari, Espírito Santo e Pancada. O termo *comunidade* parece ter sido adotado por influência das chamadas comunidades eclesiais de base, pois em Oriximiná a Igreja Católica é muito atuante, e pelas ações políticas de mobilização e associação desses grupos para demarcação das terras que ocupam no rio Trombetas e seus tributários. Todavia os nomes atribuídos a essas comunidades ribeirinhas já eram utilizados para designar tais localidades em que viviam anteriormente a nova conotação social e política que recebem. Nessas localidades, as moradias são construídas em linha, parecendo acompanhar o curso d'água, porém posicionadas de modo a evitarem as cheias do rio. Cada uma delas, geralmente tem seu *porto*, que consiste em uma armação de madeira na beira d'água, na qual lavam utensílios domésticos, roupas, banham-se e carregam tinas d'água para o consumo da casa.

Nas chamadas *comunidades negras*, a proximidade na ocupação do espaço e a vida em comum de diversos grupos familiares, relacionados por laços de parentesco, garantem igualmente o uso comum do território, e a prática da reciprocidade entre as famílias na distribuição dos produtos da caça e da pesca, obtida em maior quantidade para o consumo, através de um esforço conjunto.

Segundo os membros das *comunidades negras* do Erepecuru-Cuminá e Trombetas, eles devem defender, contra as ameaças externas, esse lugar que seus antepassados construíram, nos altos cursos encachoeirados dos rios onde vivem. Deste modo, parecem conscientes do fato de serem seus primeiros habitantes e costumam pela auto-atribuição do termo *filhos do rio* expressar sua identidade de lugar.

As comunidades remanescentes de quilombos têm realizado, por meio da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná - ARQMO, a titulação coletiva das áreas que ocupam, que segue a prática de uso comum do território localizado no alto dos rios Trombetas e Erepecuru-Cuminá. Neste contexto de luta pela aplicação dos direitos constitucionais, as populações tradicionais ribeirinhas de Oriximiná, que não se definem pela procedência comum dos quilombos, mediante seus representantes reunidos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná e alguns de seus membros, consideram-se muito

diferentes. Os chamados “remanescentes” são reconhecidos por eles como um “povo da floresta”. Tal tipo de atribuição sobre traços e emblemas diagnósticos por parte daqueles com quem interagem, se por um lado, expressa julgamentos etnocêntricos, por outro, representa uma forma positiva de identificação. Os chamados *colonos ribeirinhos* costumam comentar que “esses negros são tudo preguiçoso, com todo esse monte de terra e eles não plantam nada”. Para os trabalhadores ribeirinhos, os *negros*, como dizem, não têm uma produção fixa a não ser a castanha – “são mais extrativistas, alguém chega à casa de um negro, e ela é praticamente dentro da mata”. Porém, a partir da história da preservação da Amazônia, segundo suas próprias explicações, passaram a reconhecer que os *negros* fizeram o papel deles, preservando melhor do que ninguém essa floresta. Procedem, ainda, a uma outra distinção entre eles, sobre o comportamento em contexto urbano, dizendo que na sociedade moderna de Oriximiná – leia-se a vida que levam na cidade – os “negros” são discriminados e diferentemente dos *colonos ribeirinhos*, que preferem se aglomerar e se misturar, os *negros*, como dizem, continuam unidos e preferem morar mais isolados no alto dos rios. Tratam-se, portanto de identidades contrastivas, que se consideram diferentes em termos de subsistência e das interações que promovem no núcleo urbano.

As comunidades negras rurais “remanescentes de quilombo” diferenciam-se e invocam seus direitos constitucionais pela procedência comum, o uso da terra, dos recursos ambientais e a ancianidade da ocupação de um território de uso comum. Também o domínio que exercem sobre o território é simbolizado através dos relatos sobre os dois mais famosos e reconhecidos curadores, ou “sacacas”, conforme o termo que usam, ambos do rio Erepecuru: o primeiro de nome Balduíno, viveu até os anos setenta, e o segundo, Chico Melo, que o sucedeu nesses últimos vinte anos, também já é falecido.

Balduíno é citado por seus feitos notáveis, relatos de cura, de possessão e previsões desconcertantes sobre o futuro, como o surgimento de uma grande cidade iluminada dentro da floresta, que é hoje Porto Trombetas, cidade industrial construída pela MRN. Tinha também o dom da onipresença, sendo visto por eles e até pelas suas crianças, nos locais mais distantes, dentro das matas, no fundo dos rios, sentado em cima de uma sucurijú, como se fora um trono, onde passava dias sem aparecer na superfície. Dizem que “ele se apresentava na Serrinha – comunidade onde vivia, situada no início do curso do Erepecuru – e no Lago do Encantado – localizado atrás da comunidade do Jauari, quilômetros acima – ao mesmo tempo”.

Os “sacacas” aprenderam a curar com a natureza, as ervas, que conheciam, durante dias e dias que passavam, como que desorientados, embrenhados na floresta, e nas viagens ao

fundo dos rios. Chico Melo contou a sua mulher que foi levado ao fundo do rio, para conhecer um hospital onde os peixes o ensinaram a prescrever remédios, sem ajuda dos doutores brancos da cidade. Dizia para a mulher: “Maria, o outro mundo é muito bonito. Só que a gente não pode ficar lá, só se criar guelra”- e assim consideram que aprendeu remédios para lepra, para o câncer e uma série de enfermidades. Era famoso também por descobrir o paradeiro das pessoas e agir para que mudassem seus destinos e voltassem para o convívio das famílias.

Desse modo, este “imbricado complexo de terras e direitos” (Revel 1989, 103), é simbolicamente construído como um território unificado sob o controle de uma população, através dos curadores ou “sacacas”. Pode-se dizer, que esse tipo de conhecimento deles do território, dos seus bens e seres naturais, atribuídos pelos membros dos grupos “remanescentes de quilombo”, assim como os grandes deslocamentos espaciais dos “sacacas” (Balduino era visto crivando os pés nas águas do rio na velocidade atual das chamadas lanchas “voadeiras”) e sua prática itinerante, permite ao mesmo tempo a produção de um único território pertencente às comunidades remanescentes de quilombos dos rios Trombetas e Erepecuru-Cuminá, e da legitimidade do domínio que sobre eles reivindicam, e de fato, exercem. As referências relativas a um tempo histórico e mítico da fuga para os quilombos faz de imponentes paredões altos e talhados a pique na beira do rio Erepecuru, no caso do Barracão de Pedra, um monumento do passado, marco memorial inscrito no espaço, que os define como “comunidades territoriais fortemente enraizadas”(REVEL, 1989: 165).

Sobre a avaliação do grau de esclarecimento da comunidade quanto ao conteúdo da proposta e suas conseqüências, segundo Resolução do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético do MMA – Ministério do Meio Ambiente, é preciso considerar as dificuldades crescentes de fazer pesquisa de campo etnográfica nas situações em que parcelas e grupos da população lutam pelo pleno reconhecimento do seu status legal. Este é o caso destes grupos que se definem legalmente como “remanescentes de quilombos” e vivem em territórios separados no alto curso do rio Trombetas e seu afluente Erepecuru-Cuminá. De acordo com nossa experiência etnográfica, eles praticam um isolamento defensivo diante da entrada de estranhos em suas comunidades, ao criar uma série de dificuldades para acesso de pessoas de fora, até quando as intenções são definidas em termos de puro conhecimento.

Tal problemática de pesquisa foi abordada e desenvolvida a partir do nosso trabalho de campo realizado mediante viagens de visita anteriores às comunidades remanescentes de quilombo de Oriximiná-Pará. Os obstáculos enfrentados para realização da pesquisa de campo nesta região nos anos de 1992/1993 e as estratégias que tive de lançar mão para obter a aceitação do grupo, levaram-me a formular, em função das próprias condições do trabalho de

campo, uma interpretação etnográfica de que estes grupos praticam um “isolamento consciente”, que não pode ser explicado por qualquer idéia de “isolado primitivo” ou de isolamento geográfico, social e cultural, naturalizados assim face ao observador externo. Ao contrário, tal isolamento é praticado por eles em decorrência de situações novas, impostas por processos identificados como de globalização e suas conseqüências, com a implantação de um grande projeto de extração mineral em seu território e as ações de vigilância e controle sobre as populações negras do Trombetas e seu afluente, realizada através de uma política de preservação ambiental, que define suas práticas culturais como transgressões à legislação (O’DWYER, 1995).

A configuração espacial destes grupos, que ficam localizados no alto curso dos rios, e a manutenção de um isolamento relativo atualizado de forma consciente, adquirem toda sua significação quando relacionada à própria experiência de pesquisa etnográfica. A aceitação da pesquisa desde início dos anos de 1990, quando estavam voltados para produção de sua própria história, através das lembranças dos quilombos e das lendas heróicas contadas pelos moradores mais velhos das comunidades, como afirmação política dos seus direitos constitucionais, foi resultado do acaso nas estratégias de que lancei mão para aproximação do grupo naquele contexto.

As narrativas de fuga e fundação, por eles formuladas, contaram com a contribuição do material que possuíamos sobre os negros do Trombetas e Erepecuru-Cuminá, através dos relatos de viajantes, como o casal Coudreau, que em 1900 subiu esses rios e citou em seus relatórios os nomes de vários *mocambeiros da fuga*. Neste caso, ao fornecer-lhes os dados, acabamos de certo modo involuntariamente, contribuindo para um achado na região acima da grande queda d’água do Chuvisco, cheia de travessões e cursos encachoeirados. Estávamos em viagem até a foz do Penecura, onde nas cabeceiras, na Serra de Santa Luzia, dizem ter formado no passado um quilombo. Levaram-nos até lá na medida em que aceitamos entrar nessa relação de troca e interessar-nos pelas suas histórias sobre os *princípios*. Incorporávamos, assim, o preceito de que “o antropólogo deve seguir o que encontra na sociedade que escolheu estudar”. Entre a cachoeira do Cajual e a foz do Penecura, no lugar onde o relatório de Mme. Coudreau mencionava a existência de um sítio pertencente a uma das *mocambeiras da fuga*, chamada Figenia, encontraram vestígios arqueológicos de uma ocupação muito antiga, localizados através do entrecruzamento das informações que lia no livro dos Coudreau e o conhecimento que possuíam da cobertura florestal de mata virgem e áreas de antigas capoeiras. Foram identificados restos de alguidar, fundo de garrafa com inscrição em inglês, ruínas da muralha de um forno, o provável lugar do porto de uma casa,

onde havia um jenipapeiro e laranjeiras, cacauzeiros e plantas medicinais dentro da mata. A descoberta dessa evidência etnográfica sobre seu passado, consideramos decisiva para a aceitação da pesquisa e o fato dos moradores das comunidades situadas na parte *mansa*, isto é navegável do rio, passarem a falar mais livremente sobre seus antepassados e o que lhes contavam os pais e avós, quando ainda crianças.

Este “gosto pelas origens” constituía-se assim, em moeda de troca entre a pesquisadora e seus “informantes”, em 1990, no contexto da inclusão dos negros do Erepecuru no processo de reconhecimento dos direitos territoriais, já em curso para as comunidades negras do chamado *rio grande*, o Trombetas.

No retorno a campo em janeiro de 2007 visando a elaboração de laudo antropológico independente no âmbito do projeto em tela, os diretores da ARQMO foram informados da minha passagem por Oriximiná em viagem ao alto dos rios para visita às comunidades remanescentes de quilombo. Tal viagem juntamente com o doutorando Danilo Ribeiro de Oliveira não poderia ter sido empreendida sem o consentimento dos dirigentes da associação quilombola e a plena aceitação dos membros dessas comunidades às atividades de pesquisa sobre bioprospecção de espécies farmacologicamente ativas desenvolvido pela equipe da UFRJ, que exigem processo de anuência prévia.

No que diz respeito ao alto grau de esclarecimento dos chamados remanescentes de quilombos sobre o conteúdo da proposta e suas conseqüências gostaria de destacar uma explicação recorrente dada pelo pesquisador da UFRJ em janeiro de 2007 em reuniões realizadas nas comunidades remanescentes de quilombo.

Nosso objetivo – dizia ele – é realizar com vocês o levantamento das plantas para comprovar o conhecimento tradicional dos nativos. Para mostrar que muita dessas plantas realmente funciona na cura e que o conhecimento quilombola é realmente interessante, que vale à pena para o mundo conhecer os quilombolas desse país, e que esse conhecimento possa vir até a gerar medicamentos. E a gente vai trabalhar em cima disso para que, de repente, a gente possa vir a gerar medicamentos que os quilombolas seriam autores também. Esse é o objetivo desse trabalho, inclusive de propor projetos para gerar renda, devolvendo à comunidade nosso trabalho, mediante palestras, cursos, do livro que pretende resgatar esse conhecimento. Essa que é nossa proposta.

Os membros das comunidades visitadas manifestaram sempre sua concordância com o trabalho de bioprospecção de espécies vegetais como expresso por eles na entrevista a seguir:

A gente acha que vai ser bom (o trabalho de pesquisa), porque está tentando ajudar a gente a resgatar a cultura. O que a gente aprendeu, mas que estava esquecendo e este projeto veio para reavivar o nosso conhecimento e dar continuidade ao nosso trabalho. Algumas coisas também, reconhecer (o poder de cura do) nosso próprio remédio. As próprias pessoas da comunidade têm o conhecimento das plantas, mas

não sabem como desenvolver a medicina de um tipo que existe hoje. Nosso uso das plantas se dá de outras maneiras. Nós conhecemos vários tipos de madeira que vamos mostrar para ele, entre flores, cascas e folhas, que são para nós de muito valor curativo. Então para nós aqui, esse é um trabalho muito importante de tornar nossos produtos iguais a um remédio que vai servir não só para os quilombolas, mas sim para todo nosso município e regiões do país.

Por conseguinte, a possibilidade de descoberta de substâncias bioativas de espécies vegetais utilizadas pelos quilombolas do município de Oriximiná com potencial para novos fármacos contra tuberculose ou doenças do sistema nervoso central, pode vir igualmente a representar o reconhecimento pela nossa ciência de um saber tradicional relativo às Comunidades Remanescentes de Quilombo de Oriximiná-Pará, o que de certo modo passa a conferir dignidade aos seus conhecimentos e práticas culturais.

Afinal, a crença nativa em mundos paralelos habitados por seres sobrenaturais e o domínio desse espaço adquirido pelos “sacacas”, inclusive no aprendizado sobre o uso dos recursos naturais e das potências que lhes ultrapassam em suas práticas terapêuticas, permite a construção do território que ocupam como uma totalidade simbólica, que define as fronteiras do grupo. Tais potências sobrenaturais podem ainda se manifestar indiretamente e de diversas maneiras no cotidiano do grupo, causando infortúnio e doenças. Devem por isso ser domesticadas e esconjuradas pelas rezas e poderes divinatórios e de cura que se manifestam em alguns dentre eles. O poder de *pajulia*, como disseram durante o trabalho de campo, é considerado uma tradição de família, de modo que os *curadores* nunca lhes faltaram. *Isso é muito sério*, advertiram à antropóloga, ao mencionarem a existência dessas práticas de natureza xamanista.

Assim, os profetismos e as curas dos *sacacas* dos rios Trombetas e Erepecuru-Cuminá e sua farmacopéia nativa, tratados como fonte de inspiração ao projeto de pesquisa associado a bioprospecção e desenvolvimento tecnológico do conhecimento tradicional, torna os membros destas comunidades remanescentes de quilombo como depositários locais desse saber tradicional, ao permitir que os conhecimentos terapêuticos deles próprios e de seus antepassados possam ser utilizados pelos demais brasileiros, segundo declaração deles próprios, mediante conversão de medicamentos tradicionais em remédios industrialmente desenvolvidos. No entanto, tal colaboração entre estudiosos de farmacologia e populações tradicionais remanescentes de quilombos que utilizam plantas medicinais na Amazônia brasileira, mediante práticas de cura, não deve ser compreendida como uma equivalência entre saberes, nem uma oposição entre especificidades culturais irredutíveis.

A produção de medicamentos de tipo moderno a partir de plantas nativas, nas quais os *sacacas* e *curadores* são considerados especialistas, tem sido avaliada pela direção da

ARQMO e pelos membros das comunidades que entrevistamos, como uma possível fonte de renda prospectiva apreciável para eles próprios e suas próximas gerações, e assim representa uma luta dessas populações não apenas por ganhos materiais, mas também pela cidadania, traduzida como busca de respeitabilidade a si mesmo, aos seus valores e formas de ver e viver no mundo.

Referências Bibliográficas

COUDREAU, Otille. Voyage au Cumina. Paris: A Lahure. 1901.

O'Dwyer, C. Eliane. (Org) Dossiê: Fronteiras e Passagens: Fluxos Culturais e a Construção da Etnicidade. Revista Antropolítica, nº19, Niterói, 2007, Eduff.

_____. Quilombos e as fronteiras da Antropologia. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Marcia. (Org.). Os caminhos do Patrimônio no Brasil. Goiânia, 2006, v. 1, p. 105-126.

_____. Racismo, etnicidade e políticas de identidade no Brasil: os remanescentes de quilombos na fronteira amazônica. In: PACHECO, Tânia; HERCULANO, Selene. (Org.). Racismo Ambiental. Rio de Janeiro, 2006, v. 1, p. 53-72.

_____. A construção da várzea como problema social na região do Baixo Amazonas. In: LIMA, Déborah. (Org.). Diversidade Sócio-Ambiental nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões. Perspectivas para o Desenvolvimento da Sustentabilidade. Manaus, 2005, v. 1, p. 207-264.

_____. Laudos Antropológicos: pesquisa aplicada ou exercício profissional da disciplina?. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). Laudos Periciais Antropológicos em Debate. Florianópolis, 2005, p. 215-238.

_____. Territórios negros na Amazônia: práticas culturais, espaço memorial e representações cosmológicas. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). Significados da terra. Brasília, 2004, p.181-207.

_____. (Org) Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Da Matta nas paradas entre “malandros” e “heróis”: a lenda da Cobra Grande, o tempo histórico e questões de identidade. In O Brasil não é para principiantes: Carnaval, Malandros e Heróis, 20 anos depois. Org. Barbosa e Gomes. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2000.

_____. “Remanescentes de Quilombos” do Rio Erepecuru : O lugar da Memória na Construção da Própria História e de sua Identidade Étnica. Brasil : um país de negros? Rio de Janeiro: Ed. Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2ª Edição, 1999.

_____. “Remanescentes de Quilombos” na fronteira Amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. Caderno Terra de Quilombo da Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, pp.121-139, 1995.

REVEL, Jacques. A Invenção da Sociedade. Difusão Editorial Ltda.Lisboa, 1989.